

3. NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO NO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO

O neoliberalismo, conjunto de políticas sócio-econômicas, implantado pelos governos brasileiros que se sucederam durante os últimos anos da década de 1980 e último decênio do século XX (principalmente, com a famosa abertura às importações feita pelo governo Collor) foi responsável pela reestruturação espacial do território nacional, preparando-o para sua inserção na economia que se globalizava.

Desta maneira, seguiu-se a estruturação sócio-espacial brasileira, baseados no Consenso de Washington, para sua compilação à economia mundializada e ao novo estratagema produtivo do capital globalizado. Ou seja, o neoliberalismo e a globalização estão intimamente ligados, sobretudo, nos países da América Latina, como é o caso do Brasil.

No início da década de 1990, [...] os economistas latino-americanos da nova geração saudaram o advento de governos liberais na América Latina, um por um, todos os países aderiram ao novo modelo. [...] O neoliberalismo encontrou na América Latina um espaço particularmente acolhedor. Devido às características da história [...], à sua cultura e à sua estrutura social. [...] A ideologia neoliberal foi recebida na América Latina dependente não só economicamente, mas também culturalmente (SIMONCINI, 2003, p. 1).

Frisamos desde já que tratamos de globalização enquanto processo exclusivamente econômico-espacial, quer dizer, aquilo que se “globaliza” é a economia e os espaços geográficos de atuação da mesma, não a sociedade de uma maneira ampla.



Os espaços assim requalificados atendem, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura, e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização (SANTOS, 2002, p. 239).

Sendo assim, somente uma parte da população vai usufruir plenamente da globalização econômica, ao contrário de uma grande parcela que se inclui de maneira precária a este sistema econômico mundial.

Segue-se no Brasil, assim como nos demais países latino-americanos, o desmonte do aparato estatal em áreas de vital interesse estratégico para o capital estrangeiro: a produção de matérias-primas e de base¹⁴, das telecomunicações (ou da informação)¹⁵, do transporte¹⁶, entre outras.

Para ser competitivo é preciso, por um lado, desenvolver os setores em que o país tem vantagens competitivas. Na prática, os países latino-americanos preferiram importar tecnologia abrindo as portas e oferecendo vantagens às multinacionais [...], [estas] têm total liberdade para substituir, comprando ou eliminando as empresas nacionais, seja na agricultura, na indústria ou no comércio. O capital externo toma conta das antigas empresas públicas. Chega-se a uma situação em que a maior parte da economia está em mãos estrangeiras. O Estado fraco deve reduzir os gastos sociais (saneamento básico, serviços de saúde, educação, previdência social). Cada um deve cuidar da sua saúde, aposentadoria, educação dos seus filhos (SIMONCINI, 2003, p. 2-3).

¹⁴ Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional.

¹⁵ Embratel e demais empresas estaduais do sistema de telefonia brasileiro – Telebrás.

¹⁶ Arrendamento de rodovias – com a colocação de pedágios – e ferrovias.



Contudo, devemos entender as políticas neoliberais implementadas no país *in lato senso*, uma vez que, ao contrário do que se acredita ao termo, o Estado se fez presente na economia durante todo o período, seja financiando o desmantelamento das empresas e dos monopólios estatais [...], seja pela flexibilização financeira e a desregulamentação, para favorecer a “livre e justa concorrência” – flutuação cambial, liberalização dos preços dos combustíveis, etc. – seja pela sistemática pauperização dos serviços públicos essenciais – educação, saúde, previdência social – em favor do pagamento de uma dívida externa que nunca diminui (OLIVEIRA, 2005c, p. 3).

O novo espaço geográfico das empresas não são mais países, mas sim o mundo. A organização da empresa global, diferentemente das empresas multinacionais (que operavam em uma escala geográfica mais restrita) muda o conceito relacionado à autonomia operacional, subordinada a um estratagema de conjunto mundial, “adaptada às novas condições da concorrência” (SANTOS, 2002, p. 205), perfazendo todas as fases, desde a idealização a nível mundial dos produtos, sua fabricação (distribuindo as linhas de produção pelo planeta de maneira economicamente mais viável – mais barata) e sua distribuição.

São as políticas neoliberais as promotoras desta inserção, entregando, pois, o território aos interesses do capital globalizado. Porém, a este capital mundializado, como já referimos desde o começo, interessa somente os espaços geográficos e aquela parcela da sociedade que lhe garantam exponencialmente a mais-valia. Por consequência, os investimentos seguiram a racionalidade da reprodução deste capital, sendo determinado espaço-temporalmente por ele, mesmo que fosse o Estado, quase sempre, o principal onerado por este investimento. Ou seja, é o governo do país que deve amparar as necessidades dessas empresas, materializando (sejam por esforços construtivos próprios, seja pelo financiamento) em território nacional os fixos necessários para sustentarem os fluxos desencadeados pelas empresas globais, para inserir o Brasil na economia mundial.



A urbanização brasileira ilustra a vitalidade e as tensões dessa nova densidade temporal, onde o explosivo, a ruptura são sua qualidade, não por demissão mas por uma contemporaneidade ao mesmo tempo irradiante e trágica (BRANDÃO, 2002, p.187).

Se os efeitos da nova divisão internacional do trabalho, mais fluida e flexível no espaço-tempo, são observadas na economia global, o impacto desses deixa ranhuras salientes no espaço urbano. “A cidade se diversifica, na condição de *locus* do processo imediato e ampliado de produção, para atender às exigências impostas pela rentabilidade do capital [...]” (RAMOS et BARBOSA, 2002, p. 101).

Essas reordenações, sumariamente solicitadas pelo sistema econômico global, desencadearam o acirramento das contradições e desigualdades já presenciadas no espaço urbano do país, majoritariamente, nas grandes metrópoles brasileiras. As metrópoles, Rio de Janeiro e, sobretudo, São Paulo ofereceram terreno fértil para a inserção do espaço urbano na lógica produtiva e econômica do capital globalizado, tendo como alicerce suas infra-estruturas já existentes, mesmo que de maneira mínima e concentrada em espaços privilegiados¹⁷, recebendo, assim, os investimentos que dispunham do capital globalizado. Entretanto, tais investimentos beneficiaram, quase sempre, áreas já urbanizadas, ocupadas por classes altas e médias, o que aumentou notavelmente a separação entre a qualidade de vida e ambiental entre essas e as demais áreas marginalizadas das metrópoles, ou simplesmente estes investimentos serviram para a implantação de formas geográficas da globalização, que em nada se relacionam com o bem estar da população em geral ou com o local em que se inserem, servindo simplesmente à mais-valia mundializada e àqueles que a interessa privilegiar com o usufruto da tecnologia, da informação e do consumo.

¹⁷ Fenômeno que ficou conhecido como urbanização descapitalizada, dada a precariedade no atendimento das carências produzidas pelo rápido processo de urbanização, sendo a oferta de infra-estrutura pontual e descontínua no espaço (OLIVEIRA; CHAVES et SIMONCINI, 2004), sempre atendendo à parcela da sociedade mais abastarda.



Assim, novas “legalidades” e “ilegalidades” se configuram apoiadas a uma ordem que busca substituir as redes dendríticas de transporte pela velocidade das vias arteriais, as comunicações próximas e individuais pelas redes globais e, muitas vezes, impessoais, o emprego estável pela chamada flexibilização do trabalho, o bem estar social pelo mercado da saúde, da educação e das previdências privadas, as necessidades genuínas pelas propagandas públicas e mercadológicas de demandas econômicas externas e de produtos globalizados, o desenvolvimento de um mercado nacional pela inconstância dos intercâmbios mundiais, a criatividade local pelas normas homogêneas de organização (SILVEIRA, 1999)¹⁸.

Passamos a ter, em um mesmo espaço urbano, áreas completamente antagônicas que, muitas vezes, se sobrepõem. Espaços de consumo, para atender aos que fazem parte da lógica econômica global; espaços de comando e espaços miseráveis, onde a ausência total da cidadania se faz presente.

[...] Enquanto no ‘mundo’ só o que conta é o global, nos territórios nacionais, tudo conta. Empresas e instituições dos mais diversos níveis, e não só empresas gigantes, convivem no conflito. Convivência necessária, conflito inevitável. Quanto mais desigual a sociedade e a economia, tanto maior o conflito. É o caso dos países subdesenvolvidos, sobretudo em suas grandes cidades (SANTOS, 2002, p. 335-336).

As conseqüências de tal processo que potencializa as desigualdades e distorções sócio-econômico-espaciais são indiscutivelmente visíveis nos dias de

¹⁸ “Nuevas ‘legalidades’ e ‘ilegalidades’ se diseñan al amparo de un orden que busca sustituir las redes dendríticas de transporte por la velocidad de los corredores centrales, las comunicaciones contiguas y personales por las redes globales y a menudo anónimas del éter, el empleo estable por la llamada flexibilidad laboral, la seguridad social por el mercado de la salud, dela educación y de las jubilaciones, las necesidades genuinas por las propagandas públicas y mercadológicas de demandas económicas externas y de productos globalizados, el desarrollo de un mercado nacional por el frenesí de los intercambios mundiales, la creatividad local por las normas homogêneas de organización [...]” (SILVEIRA, 1999, p. 50-51).



hoje: violência crescente nos grandes centros (narcotráfico, seqüestros, assassinatos, etc.), seguida pela debilidade da segurança pública e sua paulatina “privatização” (segurança particular), segregação sócio-espacial exacerbada (condomínios fechados, favelas, moradores de rua, etc.), poluição (sonora, visual, atmosférica, hídrica, etc.), entre outras.

As cidades, principalmente as localizadas nos países periféricos, reproduzem essas determinações, apresentando um grau acentuado na estratificação e segmentação sociais, dos diversos setores sociais que materializam a vida urbana. Nelas a reprodução da lógica conflituosa entre capital e trabalho gera uma hierarquização extremamente complexa, acomodando cada categoria social a espaços físicos e a condições sociais equacionadas por sua condição de classe (RAMOS et BARBOSA, 2002, p. 106).

Consubstancialmente a isso e com o desenrolar do processo de inserção na globalização, as metrópoles começam a se especializar como centro de comando intermediário entre o global e o regional, como uma “ponte” entre o comando global da produtividade e os pontos de produção, que emigram desses grandes centros urbanos, dado que estes já não são locais ideais à produtividade materializada do capital globalizado, pelas conseqüências sócio-ambientais supracitadas e, também, empecilhos sócio-econômicos (mão-de-obra sindicalizada, solo urbano de alto custo, etc.). Segue-se a isto, políticas de incentivo (diminuição ou isenção fiscal, por exemplo) por parte dos governos locais, muitas vezes contraditórias em seus objetivos, tão bem caracterizadas pela denominada “guerra fiscal” entre os estados da federação brasileira¹⁹, além de outros atrativos econômicos (mão-de-obra especializada e não sindicalizada, novas infra-estruturas, solo urbano de baixo custo; etc.), promovidos pelo desenvolvimento das políticas neoliberais.

¹⁹ A esse respeito ver VITTE (2000) e CATAIA (2003).



Uma das características mais marcantes do recente processo de urbanização brasileiro é a mudança das tradicionais tendências de concentração – tanto da população quanto dos agentes econômicos – nas, igualmente tradicionais, metrópoles do país (MACHADO, 1997, p. 121).

Há, assim, o que Milton Santos (2005) denomina de dissolução da metrópole.

Agora, a metrópole está presente em toda parte, e no mesmo momento. A definição do lugar é, cada vez mais no período atual, a de um lugar funcional à sociedade como um todo. E, paralelamente, através das metrópoles, todas as localizações tornam-se hoje funcionalmente centrais. Os lugares seriam, mesmo, lugares funcionais da metrópole (SANTOS, 2005, p. 101).

Conseqüentemente, as demais cidades hierarquicamente abaixo das metrópoles e grandes centros urbanos, passam a ganhar importância dentro da lógica produtiva mundializada, quer dizer, as cidades médias se tornam alvo dos interesses da globalização. Assim, tornam-se também receptoras de seus investimentos e passam a sofrer com suas conseqüências, “transbordando” para elas, muitas das mazelas que verificamos nas metrópoles brasileiras.

É a divisão territorial do trabalho, produto e condição da divisão social do trabalho que se identifica nas cidades, no território nacional e no mundo. As redes urbanas, sendo a armadura desse sistema de trabalho, outorgam papéis e valores diversos às metrópoles, às cidades regionais, às cidades locais (SILVEIRA, 1999)²⁰. Seriam as cidades regionais seriam os grandes centros urbanos que não constituem metrópoles e as cidades médias. Por sua vez, as cidades locais

²⁰ “Es la división territorial del trabajo, producto y condición de la división social del trabajo, que se identifica en la ciudades, en el territorio nacional y en el mundo. Las redes urbanas, siendo la armadura de ese sistema de trabajo, otorgan papeles y valores diversos a las metrópolis, a las ciudades regionales, a las ciudades locales” (SILVEIRA, 1999, p. 48).



seriam cidades médias de menor magnitude e porte e cidades pequenas com vida urbana (SANTOS et SILVEIRA, 2002).

3.1. Quem é a cidade média?

Antes de iniciarmos a análise a respeito da posição das cidades médias dentro do sistema produtivo mundializado e da lógica das políticas neoliberais alicerçantes da globalização no espaço urbano brasileiro, caracterizemos estas aglomerações que têm sido alvos de debates acalorados a respeito de suas dimensões demográficas e econômicas, ou seja, o que consideramos aqui como cidades médias?

Por mais discutível que seja entre os mais variados autores, critérios demográficos têm que ser considerados ao categorizarmos uma cidade como média. Adotamos o critério proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que considera como média, as cidades com população entre 100.000 e 500.000 habitantes (SOARES, 1999). Também poderíamos acrescentar como critério demográfico para classificar uma aglomeração como cidade média (levando-se em conta o atual estágio da urbanização do Brasil) o crescimento relativo da população acima da média nacional e da maioria das metrópoles brasileiras, principalmente no último decênio do século XX, demonstrando a atratividade que estas exerceram sobre a população, sobretudo, das cidades pequenas e de suas hinterlândias.

[...] O que se tem observado e que foi mais uma vez ratificado pelos dados do Censo Populacional do IBGE/1996, é que as grandes capitais do país crescem hoje num ritmo muito mais lento, em todos os casos apresentando taxas anuais de crescimento demográfico muito abaixo do que historicamente vinha sendo observado. De outro lado, principalmente, mas não unicamente, no Sul e Sudeste do Brasil, são as cidades “médias”, pólos



regionais, quem vêm apresentando os maiores índices de crescimento e conseqüentemente, maior concentração econômica e demográfica. No suprimento dessa situação de crescimento das “cidades-pólo” regionais, encontram-se, invariavelmente, as pequenas cidades de sua própria microrregião, área de influência mais direta e imediata. Dessa forma, crescem menos as metrópoles, crescem muito mais rápido as cidades de ‘porte médio’ e definham as pequenas cidades. Esse conjunto de situações mostra, dentre várias características, que o processo de urbanização brasileiro, a concentração dos processos econômicos produtivos e o movimento migratório interno, ganharam novos contornos e nova expressão territorial, e que vão demandar soluções igualmente novas e diferenciadas (MACHADO, 1997, p. 121).

Todavia, a classificação das cidades médias não deve se pautar somente em critérios demográficos, considerando-se as especificidades regionais encontradas no país. Outros preceitos em que devemos nos basear para tal seria a relevância regional, a posição geográfica, suas capacidades de absorção de investimentos, de oferecimento de bens e serviços à sua população e a da circunvizinhança, e de consumo (NUNES, 2005).

Desse modo, traçaremos um perfil melhor definido de uma cidade que assumiria adequadamente a denominação de cidade média.

3.2. A posição das cidades médias na globalização

São as políticas neoliberais que, assim como no restante do território nacional, como já dito, são responsáveis pela inserção das cidades médias na racionalidade da produção mundial. São elas que amparam ideologicamente e financeiramente a governos municipais na tarefa de transfigurar o espaço intra-urbano em favor das exigências da mais-valia global.



Qual é o papel das cidades médias no mundo globalizado? Qual é a relação entre essa nova ordem mundial, a desordem urbana e a qualidade de vida? Hoje, as cidades médias parecem comprometidas a desenvolver uma alta e competitiva especialização funcional. Mas esse fenômeno deve seguir a permanência de uma ordem urbana baseada na segurança, na preservação do meio ambiente, na imagem. E os excluídos do modelo? Eles devem ser retirados para garantir uma nova e ordenada vida de relações, que permita competir, e fazê-lo eficientemente, com outras cidades, outros estados e outros países que tenham a pretensão de abarcar capitais e firmas, passaporte indispensável na viagem da modernidade (SILVEIRA, 1999)²¹.

As cidades médias cumprem a função de *locus* do comando técnico da produção globalizada, abarcando toda uma gama de instituições de pesquisa e ensino, além de um corpo profissional especializado. Entretanto, não desempenham as funções de comando político e decisório da lógica da produção mundial, dada, em parte, às metrópoles como São Paulo, responsáveis pelo repasse das informações globais a nível regional.

Além disso, como nos diz Beatriz Ribeiro Soares (1999):

[...] Não podemos pensar nessas aglomerações apenas como os *eldorados* brasileiros. Elas também apresentam uma série de carências e problemas visto que estão inseridas num quadro mais amplo de questões econômicas, políticas e sociais que afetam o Brasil como um todo (p. 62).

²¹ “¿Cuál es el papel de las ciudades intermedias en el mundo globalizado? ¿Cuál es la relación entre ese nuevo orden mundial, el desorden urbano y la calidad de vida? Hoy, las ciudades intermedias parecen consagradas a desarrollar una alta y competitiva especialización funcional [...]. Pero ese fenómeno debe acompañarse de la permanencia de un orden urbano basado en la seguridad, en la preservación del medio ambiente, en la imagen. ¿Y los excluidos del modelo? Deben ser apartados para asegurar una nueva y ordenada vida de relaciones, que permita competir, y hacerlo eficientemente, con otras ciudades, otras provincias y otros países que tengan la pretensión de albergar capitales y firmas, pasaporte indispensable en el viaje de la modernidad” (SILVEIRA, 1999, p. 51).



Problemas e carências ampliados pela inserção das cidades médias no sistema produtivo globalizado, traduzindo na geração, cada vez maior, de espaços intra-urbanos de marginalidade aos moldes das grandes cidades e metrópoles nacionais. Com um agravante ainda mais sério: a dependência que a maioria dessas aglomerações passa a contrair do capital global que nelas instalam suas plantas produtivas, ameaçadas constantemente pelo fechamento parcial ou completo dessas, a fim de se garantir a manutenção ou a ampliação das vantagens locacionais e tributárias a ele dado, pois, uma vez fechadas, o que fazer com toda infra-estrutura constituída em favor das empresas e com a massa de desempregados que surgiria? É uma indagação que muitos prefeitos não querem, nem por um instante, cogitar em responder durante seus mandatos.

Outra questão que levantamos aqui é a falsa idéia de “paraíso laboral” e de “qualidade de vida” que esta inserção no sistema produtivo global trazem para o imaginário social. Destacamos ainda a própria propaganda institucional²² que fazem, inescrupulosamente, muitas prefeituras e a mídia de uma maneira geral, tanto para as populações residentes nos grandes centros e metrópoles²³, quanto para a população que vive em cidades menores, principalmente dos municípios em torno delas²⁴, exaltando o pseudobem estar social alcançado pela “prósperas cidades médias”. Só esquecem de mencionar que o capital global, como supracitado, quer para sua reprodução somente mão-de-obra extremamente especializada, o que exclui boa parte dos que imigram em busca de posto de trabalho.

²² A esse respeito ver SOARES (1999), principalmente na página 62.

²³ Que vislumbram a melhoria das amenidades naturais e sociais – menos violência – sem a perda total dos bens e serviços dispostos nas metrópoles – acesso à internet, universidades, *shopping centers*, etc.

²⁴ Que idealizam o acesso aos bens e serviços que não possuem em seus locais de origem.